

# FH disputa bolsa-escola com PT

LUCIANA NUNES LEAL  
E LIANIA LUCENA\*

O governo lançou ontem o Programa de Garantia de Renda Mínima, destinado a complementar a renda de três milhões de famílias carentes que comprovarem as matrículas de filhos entre 7 e 14 anos em escolas públicas de 672 municípios pobres do país. Pelo programa, que começará a ser implantado depois das eleições, o benefício médio por família, neste ano, será de R\$ 38,36, segundo os cálculos do governo. Ao anunciar o programa, com gastos de R\$ 100 milhões em 1998 e de R\$ 370 milhões em 99, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, negou que o governo esteja copiando a proposta do PT.

“O programa, que vincula a complementação de renda à manutenção de crianças de 7 a 14 anos na escola, foi implantado em 94 em Campinas pelo prefeito José Roberto Teixeira, do PSDB”, disse o ministro. A renda mínima, associada à chamada bolsa-escola, é velha bandeira do PT e faz parte do programa de governo do candidato do partido à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva. No Distrito Federal, governado pelo petista Cristovam Buarque, que disputa a reeleição, o programa de bolsas já atendeu a mais de 44 mil alunos, com a oferta de um salário-mínimo a cada família pobre que manda os filhos à escola.

No mesmo dia em que o ministro Paulo Renato Souza apresentou o Programa de Garantia de Renda Mínima, Lula lançou, no Rio, sua plataforma para a educação, que tem a bolsa-escola como um dos carros-chefes. “O presidente copia tudo o que nós fazemos”, reagiu Lula, ao saber do anúncio feito em Brasília pelo ministro da Educação. Em documento preliminar da campanha do candidato da frente de oposições, que abriu a semana dedicada à educação pelo PT e seus aliados na sucessão presidencial, Lula promete criar 7,3 milhões de novas vagas nas escolas, incluídas as do ensino secundário e universitário.

**Valores** – O programa governamental de renda mínima foi aprovado em junho pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, depois de passar pelo Congresso Nacional. O projeto, do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), estipula em R\$ 15 o limite mínimo do benefício por família. Para chegar ao valor máximo por família, os R\$ 15 são multiplicados pelo número de dependentes entre zero e 14 anos, menos a metade da renda per capita da família. Segundo o ministro Paulo Renato, o governo calcula que os benefícios devem ficar entre R\$ 30 e R\$ 60.

Com o cálculo dos gastos com cada família incluída no programa, o governo entrará com 50% e as prefeituras, com os outros 50%. Para se beneficiar do programa ainda este ano, os prefeitos deverão enviar ao MEC propostas com especi-

ficação da contrapartida municipal. A parte do município, explicou o ministro Paulo Renato Souza, poderá ser oferecida em dinheiro ou em programas sócio-educativos.

No Rio de Janeiro, 12 municípios foram incluídos no Programa de Renda Mínima: Silva Jardim, Laje de Muriaé, São João da Barra, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena, Quissamã, São Sebastião do Alto, Duas Barras, Magé, Natividade, Pati do Alferes e Itaguaçu. O maior benefício por família, calculado pelo governo, será de R\$ 36,37, para Trajano de Moraes; o menor, de R\$ R\$ 24,58, para Itaguaçu. O governo deverá gastar R\$ 6,9 milhões no estado.

Paulo Renato afirmou que os prefeitos de municípios com renda per capita maior devem pensar em programas próprios de renda mínima. “É preciso acabar com a idéia de que o governo federal precisa participar de qualquer iniciativa”, justificou o ministro.

**Universidade** – Ao abrir a semana de educação das oposições, Luiz Inácio Lula da Silva fez uma promessa: a garantia de acesso à Universidade para todos os jovens que quiserem completar curso superior. O documento lançado pela coligação das esquerdas prevê que, das novas 7,3 milhões de vagas prometidas nas escolas, para estudantes dos 4 aos 24 anos, a prioridade será para os cursos noturnos. Ao final de um possível governo da esquerda, o número de matriculados no país passaria dos 41,5 milhões atuais para 48,8 milhões. Lula prometeu a alfabetização de cinco milhões de jovens e adultos. Outros cinco milhões completariam o primeiro grau.

As metas anunciadas prevêm 1,2 milhão de vagas para crianças de 4 a 6 anos; 2,4 milhões para aquelas entre 7 e 14 anos; 3,2 milhões para adolescentes de 15 a 17 anos; e 500 mil vagas em Universidades. A proposta do PT para permitir o acesso dos jovens à universidade é adotar o crédito educativo. O governo financiaria o curso para os alunos pobres que conseguissem vaga em universidade particular e, depois de formados e com emprego, eles reembolsariam os gastos do governo, descontando uma pequena parte do salário. “Nenhum adolescente deixará de fazer faculdade porque não pode pagar, é uma questão de honra”, discursou Lula na sede da Associação Brasileira de Imprensa.

O Rio foi escolhido para o início da discussão sobre educação por ser o estado do candidato a vice-presidente, o ex-governador Leonel Brizola, do PDT. Nos dois governos de Brizola, os Cieps foram pontos importantes da administração, sob o comando do professor Darcy Ribeiro. Lula se comprometeu, “em função das circunstâncias econômicas, criar o maior número possível de escolas em horário integral”.

\*Da sucursal de Brasília



Carlos Eduardo

Paulo Renato Souza garantiu que o programa de renda mínima é uma criação do PSDB de Campinas



Carlo Wrede

Lula acusou o governo de copiar todas as plataformas de campanha lançadas pela frente de oposição

## REPERCUSSÃO

### EDUARDO SUPLICY

Senador pelo PT e autor do primeiro projeto nacional de renda mínima, em 1991

“O programa anunciado pelo governo é um pequeno passo, mas ainda é capenga e muito restrito. A equação não fecha. Nos municípios mais pobres, a arrecadação é tão pequena que só a ajuda do governo federal não será suficiente. É necessária também a participação dos governos estaduais”

### RUBENS KLEIN

Professor do Laboratório Nacional de Computação Científica do CNPQ e Consultor da Fundação Cesgranrio

“Essa medida da renda mínima é mais assistencial. Acho interessante que se dê condições para a família manter a criança na escola, mas só isso não basta, é preciso mudar a estrutura do ensino. Deve haver um esforço da escola para manter a criança e um esforço para a melhoria do ensino. A idéia da aprovação imediata também não é ideal, mas a reprovação só deve ser utilizada como um último recurso”

### AMÉLIA LACOMBE

Educadora e dona do Colégio Dom Quixote, em Jacarepaguá

“Não acho que fornecer uma remuneração para as famílias seja suficiente. O mais importante é que se faça uma escola de boa qualidade. E, mais importante ainda, não é possível que todas as escolas tenham o mesmo ano letivo. As realidades são diferentes e as escolas deveriam se adaptar a isso, não podem ser idênticas. Por exemplo, na área agrícola, as aulas deveriam ser interrompidas durante as colheitas. Não existe outra forma de se fazer com que as crianças continuem a frequentar as aulas, não vai ser apenas por R\$ 30 que os pais abrirão mão do dinheiro que irão ganhar. E é bom lembrar que o dinheiro para que o governo pague essas bolsas vem dos impostos que pagamos”

### ESTHER GROSSI

Teórica do Construtivismo – construir a educação junto com a realidade – e atual deputada federal do PT

“Os dois programas, o do Lula e o do Fernando Henrique, com as bolsas-escola, atendem a uma questão básica, que é a de garantir a presença dos alunos na sala de aula e dinheiro para que ele e sua família se alimentem. Mas nenhum dos dois programas terá efeito se não for complementado por outras medidas, como, por exemplo, uma melhoria salarial e a valorização do nível de cultura do professor para que se tenha uma proposta pedagógica consistente. Se o ensino não for de boa qualidade, não adianta dar apenas comida. Dar bolsas-escola é apenas uma parte do problema educacional brasileiro, em que os grandes dramas são a repetência e a falta de qualidade do ensino”

## AS DIFERENÇAS ENTRE OS PROGRAMAS

### PROPOSTA DE RENDA MÍNIMA DO GOVERNO

■ Os gastos com cada família variam de R\$ 30 a R\$ 60, dependendo do valor da renda per capita e do número de dependentes. O governo federal entra com a metade dos recursos. A contrapartida é dos municípios.

■ O programa deverá atender 3 milhões de famílias por ano.

■ A cada ano serão beneficiados 20% dos municípios mais carentes do estado, definidos como aqueles que têm receita tributária per capita e renda familiar per capita inferiores às expectativas médias do estado.

■ Atenderá famílias com crianças e jovens na faixa etária de 7 a 14 anos, matriculadas em escola pública ou em programa de educação especial.

■ A renda per capita da família deve ser inferior a meio salário mínimo.

■ Os convênios com os municípios serão assinados após as eleições. A lei eleitoral proíbe o repasse de recursos públicos até outubro.

### PROPOSTA DA BOLSA-ESCOLA DO PT (modelo adotado pelo governo do Distrito Federal)

■ Cada família aceita no programa recebe 1 salário mínimo por mês.

■ As famílias devem ter todos os filhos entre 7 e 14 anos matriculados e frequentando a escola pública.

■ Frequência mensal exigida: 90%.

■ A renda mínima per capita da família deve ser igual ou menor a meio salário mínimo.

■ Existindo algum membro da família desempregado, deverá estar inscrito no Sistema Nacional de Emprego (Sine).

■ A família precisa comprovar cinco anos de residência na cidade.

■ Estão sendo atendidas 22.608 famílias (44.879 alunos).

■ O governo do Distrito Federal gastou R\$ 32 milhões em 1997.